



APROPRIAÇÕES ESPACIAIS DO PARQUE MARCOS VEIGA JARDIM - GOIÂNIA (GO) PELAS PRÁTICAS DE LAZER

Flávia Kênia de Jesus Sousa¹
Carlos Eduardo Santos Maia²

RESUMO

Este artigo é baseado no projeto de pesquisa de mestrado apresentado para ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2021. Investiga-se a apropriação e o uso dos parques urbanos pelas práticas de lazer no Parque Marcos Veiga Jardim (PMVJ), localizado na área do Autódromo Internacional Ayrton Senna, sito à Av. Ayrton Senna, Setor Alphaville Araguaia, Goiânia - GO. A metodologia proposta para a execução da pesquisa é mista, abrangendo procedimentos qualitativos e quantitativos utilizados simultaneamente para melhor compreender a realidade investigada. Recorre-se no texto a autores como Lefebvre (1974, 1985, 2001); Correia, Silva e Magnabosco (2010); Serpa (2020); Roach-Higgins e Eicher (1992); Maia (2015); Vargas e Róldan (2018); Gonçalves e Sakata (2019); Ruiz, Parra e López-Carr (2015); Dumazedier (1973). Os principais conceitos aqui trabalhados, a partir dos referidos autores são (ritmos, cotidiano, cidadania, espaço público, parque urbano, lazer e vestimenta). Por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, as discussões são fundamentalmente teóricas com algumas indicações acerca da realidade empírica, pois ainda não foram iniciados os trabalhos de campo, tampouco a aplicação de entrevistas e questionários.

Palavras-chave: Espaço público, Parques urbanos, Cotidiano.

RESUMEN

Este artículo se basa en el proyecto de investigación de maestría presentado para admisión al Programa de Posgrado en Geografía del Instituto de Estudios Sociales y Ambientales - IESA de la Universidad Federal de Goiás, en 2021. Se investiga la apropiación y uso de parques urbanos. actividades en el Parque Jardim Marcos Veiga (PMVJ), ubicado en el área del Autódromo Internacional Ayrton Senna, en Av. Ayrton Senna, Sector Alphaville Araguaia, Goiânia - GO. La metodología propuesta para la realización de la investigación es mixta, abarcando procedimientos cualitativos y cuantitativos utilizados simultáneamente para comprender mejor la realidad investigada. El texto utiliza autores como Lefebvre (1974, 1985, 2001); Correia, Silva y Magnabosco (2010); Serpa (2020); Roach-Higgins y Eicher (1992); Maia (2015); Vargas y Roldan (2018); Gonçalves y Sakata (2019); Ruiz, Parra y López-Carr (2015); Dumazedier (1973). Los principales conceptos aquí trabajados, de los referidos autores son (ritmos, vida cotidiana, ciudadanía, espacio público, parque urbano, ocio y vestuario). Al tratarse de una investigación en etapa inicial, las discusiones son fundamentalmente teóricas con algunos indicios sobre la realidad empírica, ya que aún no se ha iniciado el trabajo de campo, ni se ha iniciado la aplicación de entrevistas y cuestionarios.

Palabras clave: Espacio público, Parques urbanos, Vida cotidiana.

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, flaviakenia2018@gmail.com;

² Me. e Dr. em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, carlmaia@uol.com.br.



INTRODUÇÃO

O texto deste artigo versa sobre lazer em parques urbanos, buscando-se contribuir com a produção de materiais acadêmicos que sirvam de mediadores, mesmo que em parte, para o conhecimento destas áreas de lazer em parques urbanos e para responder à grande questão: como os/as cidadãos/cidadãs atualmente usam, consomem, se apropriam e se mostram nos parques urbanos públicos destinados ao lazer e quais contradições existem entre os ritmos deste espaço e aqueles da vida cotidiana urbana em sua totalidade?

Para entender o espaço geográfico é preciso considerar a tríade exposta por Lefebvre (1974), isto é, os espaços concebido, vivido e percebido que são frutos da ação humana ao produzir o ambiente social. Para tanto, é necessário que haja uma interpretação da produção do espaço pelo/a cidadão/ã bem como das práticas e estratégias pelas quais se apropriam e se consomem os espaços cotidianamente. Desta forma compreende-se

que os sujeitos sociais, traçam estratégias de existência a partir do espaço programado, revelando a riqueza do cotidiano enquanto lugar de possibilidades. O cotidiano revela-se por meio da linguagem em suas subjetividades, desvendado, portanto, a densidade do vivido. Daí a importância de se considerar essa categoria na construção do pensamento geográfico. O cotidiano é feito pelos atos práticos, pela dialética entre o velho e o novo, pela alienação e resistência (COSTA e SANTOS, 2011. p. 75).

Para Lefebvre (1985), os ritmos da vida cotidiana urbana são repetitivos e cíclicos, pois são regulados e medidos pelo ritmo do tempo do trabalho que, por sua vez, subordina as demais particularidades da vida cotidiana, até mesmo a biológica, através da regimentação dos horários fragmentados. Ainda segundo Lefebvre, para quebrar este ritmo enfadonho e monótono a solução é praticar o tempo apropriado, isto é, gastar o tempo com atividades que dão prazer, livres de obrigatoriedade que, na verdade, é um tempo que não é contado, como trataremos novamente mais adiante.

Sabe-se que, atualmente, a maior parte da população mundial reside em cidades (ONU) e que o Brasil é predominantemente urbano, ou seja, 84,4% de sua população mora em áreas urbanas (IBGE, 2011, p. 48). Deste modo, o estudo dos ritmos nas cidades, inclusive aqueles associados ao lazer, é essencial para melhor compreensão desta realidade. Nas áreas urbanas, os parques surgem como um dos *lóci* fundamentais



para prática de lazer; todavia, ainda há poucos estudos na Geografia Urbana, o que justifica a importância da pesquisa ora em andamento.

No que se refere ao recorte espacial desta pesquisa, Goiânia torna-se exemplar. Note-se que, nas primeiras décadas do século XX, o urbanista Attilio Corrêa Lima, com base no estilo Art Déco, levou quase 10 anos para projetar a nova capital do Estado de Goiás. Porém, foi substituído pelo arquiteto engenheiro Armando Godói que, em 1933, aprovou o sítio onde esta seria erguida. A topografia plana do terreno se mostrou ideal para uma rede viária de linhas regulares e funcionais, inspirada no modelo urbanístico da escola francesa do início do século XX. Mais tarde, após ter conhecido o modelo de cidades-jardins nos Estados Unidos, Godói dá continuidade ao planejamento de Goiânia, adotando esse padrão. (DAHER, 2009, p. 84).

Desta forma Goiânia surgiu em meio ao Cerrado, em um clima predominantemente tropical, como uma cidade planejada para ter um crescimento ordenado. A cidade cresceu muito mais do que se estimava de início. Projetada para 50 mil habitantes e contando atualmente com 1.555.626 milhões de habitantes (IBGE, 2021), sugere-se que a expansão das áreas destinadas a parques públicos, tão essenciais à vida urbana, não ocorreram na mesma proporção daquelas ocupadas por residências, comércio, serviços, etc., gerando um desequilíbrio na sua oferta e fazendo com que parcela considerável de cidadãos/ãs precisem se deslocar para irem ao encontro dos parques. Ressalte-se que pesquisas feitas por Vargas e Roldán (2018, p.199), na cidade de Barranquilla, apontam que residir muito longe de parques urbanos reduz a sensação de bem-estar das pessoas.

Ruiz, Parra e López-Carr (2015) enfatizam que “entre dois parques de mesmo tamanho, aquele com a maior oferta de serviços será o mais atraente para o público” (tradução nossa).³ Isso nos possibilita aventar que o Parque Marcos Veiga Jardim, mesmo localizado distante do Centro, na região Sudeste, em área relativamente recente de expansão urbana, na saída para a cidade de Senador Canedo, seja bastante frequentado, visto que possui muitos equipamentos, principalmente destinados ao esporte e lazer.

Sendo assim, é necessário (re)pensar a cidade e sua complexidade de ritmos que coexistem mutuamente, sendo eles naturais (como os biológicos) e/ou sociais (como os

³ No original: Entre dos parques del mismo tamaño, aquel con mayor oferta de servicios será más atractivo al público.



ditados pelo tempo do trabalho) de forma a extrair o melhor modelo urbanístico para os/as seus/as cidadãos/ãs e para as futuras gerações. Uma das formas de repensar o modelo urbano de Goiânia foi implementação de ações para aumentar as áreas verdes da capital. Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2012, Goiânia era a cidade do Brasil com o maior índice de verde por habitante, a saber, 94 m² /hab.

De acordo com Assis (2009), Goiânia é considerada a cidade dos parques e capital verde brasileira. Será que isto, de fato, é uma informação que expressa veracidade ou se apresenta mais como uma tática capitalista do setor imobiliário, que supervaloriza Goiânia pelo valor de uso para, então, faturarem com o valor de troca?

Dados da AMMA (Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia) catalogam cerca de 201 Parques e Bosques, e o Parque Marcos Veiga Jardim, inaugurado em 2016 (GOIÂNIA, 2021), é um dos mais recentes da capital. Selecionouse este parque sobretudo por apresentar três características bem incomuns comparativamente aos demais parques urbanos de Goiânia: estar dentro da área do Autódromo Internacional de Goiânia, ter em seu entorno mais de dez condomínios residenciais de alto padrão e possuir em sua infraestrutura muitos equipamentos que favorecem a prática e o estudo do lazer. Será que o fato de estar dentro da área do Autódromo e ser cercado por moradias ocupadas por uma elite de classe média/alta, este espaço urbano cumpre, de fato, suas funções de parque urbano ou se apresenta mais como uma fonte de segregação, fragmentação e/ou desconforto para os residentes próximos e demais cidadãos?

Ademais, considerando-se sua localização e equipamentos, quem são os frequentadores do parque e qual o seu perfil? Que equipamentos são encontrados no parque, como são apropriados pelos frequentadores e de que forma os/as usuários/as se mostram nestes equipamentos? A localização e as maneiras de mostrar-se produzem segregação? Quais são os ritmos do lazer nas diferentes áreas do parque? Quais são as demandas e perspectivas para o local?

O Parque Marcos Veiga Jardim se apresenta como um espaço fragmentado, onde as pessoas consomem não a totalidade do espaço, mas partes dessa totalidade. Nesse sentido, qual o fragmento que é consumido no/do parque pelas diversas classes sociais, gêneros e idades? Quais são os dias, horários e frequência de apropriação, isto é, qual é o ritmo de tempo destinado às idas/vindas ao parque por estas pessoas?



A partir destas e de outras questões, almeja-se ao final da pesquisa uma possível compreensão das relações existentes entre a cidade e o/a cidadão/ã, com ênfase nas práticas de lazer, tendo nos parques urbanos os instrumentos e lócus de ação do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e aos espaços urbanos.

METODOLOGIA

Inicia-se a descrição da metodologia enfatizando-se que a pesquisa terá por base a dialética como orientação filosófica, pois

“os métodos dialético e fenomenológico são os que melhor se aplicam aos estudos qualitativos. Juntamente com a história oral, o roteiro de entrevista (contendo questões abertas e fechadas), a caderneta de campo e o uso de dados qualitativos e quantitativos, esses métodos são metodologias e técnicas importantes em pesquisas científicas. [...] A dialética e a fenomenologia são as orientações filosóficas que, melhor explicam a relação entre sujeito e objeto de estudo” (SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2013, p. 244).

Como metodologia de investigação usaremos o estudo de caso em que Ventura (2007, p. 384) define como sendo “uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa a investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.”

Sendo assim, na efetivação da pesquisa o estudo de caso favorece uma análise detalhada do objeto de estudo e uma descrição contextual minuciosa por meio de olhar profundo sobre o fenômeno, considerando-se diferentes ângulos e desde ampla coleta de dados em múltiplas fontes de informação, tais como entrevistas, questionários, observação direta em campo, coleta de documentos etc. A correlação dos diversos dados coletados, tabulados e/ou sintetizados com a análise literária, favorece ainda uma potencialização à compreensão do estudo de caso e dão significado ao tema por abranger todo o problema com profundidade e, até mesmo, chegar a generalizações e respostas aos questionamentos. De acordo com Tellis (1997, citado por ZAINAL, 2007, p.1, tradução nossa),⁴

⁴ No original: Through case study methods, a researcher is able to go beyond the quantitative statistical results and understand the behavioural conditions through the actor's perspective. By including both quantitative and qualitative data, case study helps explain both the process and outcome of a phenomenon through complete observation, reconstruction and analysis of the cases under investigation.



por meio de métodos de estudo de caso, um pesquisador é capaz de ir além dos métodos quantitativos de resultados estatísticos e compreender as condições comportamentais através da perspectiva do ator. Ao incluir dados quantitativos e qualitativos, o estudo de caso ajuda a explicar tanto o processo e os resultados de um fenômeno por através da observação completa, reconstrução e análise de casos sob investigação.

Faremos uso de métodos mistos simultâneos, ou seja, a associação dos métodos qualitativos e dos quantitativos ao mesmo tempo, pois consideraremos tanto os dados mensuráveis, em termos explicativos, quanto os não mensuráveis, em termos descritivos. Para tal, nos basearemos nas respostas objetivas e discursivas dos questionários, entrevistas, assim como anotações em diários de campo a fim de entender como os/as cidadãos/ãs usam, se apropriam e consomem os parques urbanos por meio das práticas de lazer.

Concordamos com Creswell (2007, p. 35) ao afirmar sobre a técnica de métodos mistos

emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial⁵ para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas.

Creswell (2010, p. 246-255) diz ainda que os métodos mistos se valem dos pontos fortes dos métodos quantitativos e qualitativos, mas que isso não impede que ora um possa ter mais peso que outro; ora comece-se com um e termine-se com outro.

A presente proposta de pesquisa apropriar-se-á do método misto para obter eficácia na realização. Segundo Creswell, “o pesquisador baseia a investigação na suposição de que a coleta de diversos tipos de dados garante um entendimento melhor do problema de pesquisa” (Creswell, 2007, p. 38).

Parte destes dados e informações serão obtidas mediante revisão bibliográfica de literatura especializada. É importante começar os estudos pela revisão bibliográfica, pois “Revisões de literatura ajudam os pesquisadores a limitar o escopo de sua

⁵ Segundo o autor nos procedimentos sequenciais “os pesquisadores tentam elaborar ou expandir os resultados de um método com outro método. Isso pode significar começar com um método qualitativo para fins exploratórios e continuar com um método quantitativo usando uma amostra maior, de forma que o pesquisador possa generalizar os resultados para uma população. Alternativamente, o estudo pode começar com um método quantitativo, no qual teorias ou conceitos sejam testados, e depois prosseguir com um método qualitativo, envolvendo exploração detalhada de poucos casos ou de poucas pessoas” (CRESWELL, 2007, p. 33).



investigação e transmite para os leitores a importância de estudar um tópico” (CRESWELL, 2007, p. 43). Concorde-se também com Ventura (2007, p. 385) quando enfatiza a importância de se levantar discussões literárias em todas as fases e/ou etapas da pesquisa, desde a apresentação até a conclusão, pois “toda pesquisa deve basear -se em uma teoria que sirva como ponto de partida para a investigação de um problema. A teoria, como instrumento científico, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados” (MARCONI e LAKATOS, 1990).

A pesquisa documentária se dará por obtenção de informações que precisam ter uma maior reflexão para se obter os dados necessários. Neste tipo de pesquisa,

“podem-se incluir: a) materiais escritos, como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos e relatórios; b) estatísticas que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinado grupo; e c) elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias e filmes” (GODOY citado por SILVA e MENDES, 2013, p. 210).

A busca de dados empíricos primários, em termos quantitativos e qualitativos, far-se-á através da pesquisa de campo. “Para aqueles que só compreendem a teoria sem nada conhecerem da situação real, a realização de tais pesquisas de campo é ainda mais necessária, sob pena de não poderem ligar a teoria à prática.” (MAO citado por KAISER, 2006, p.104). Partindo dessa justificativa, da importância do trabalho de campo e do pressuposto que “a pesquisa de campo é a pesquisa indispensável à análise da situação social” e essa “é, inicialmente, um produto da história” (KAISER, 2006, p. 97), avancemos para alguns conceitos:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2002, p. 66).

Para Sansolo a pesquisa de campo é:

uma atividade que possibilita uma leitura de parte da realidade a qual desejamos compreender, ou seja, a aparência, o fenômeno que expressa parte da essência desta realidade: a parte que podemos ver, ouvir, cheirar, tocar, dimensionar. No entanto, não nos dá a possibilidade de atingir a



complexidade da totalidade da realidade, dando sim, pistas as quais poderemos seguir por caminhos que permitem um aprofundamento no fenômeno e através das quais poderemos chegar à essência da realidade (SANSOLO, 2000).

Na realização da pesquisa de campo serão tomadas ainda fotografias para auxiliar na observação e na interpretação dos “mecanismos de construção da dominação e da exploração” (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006, p. 64), assim como também instrui Suertegaray (2002):

“as novas tecnologias auxiliam em muito a leitura do campo pelos geógrafos, porém elas não bastam, como não basta uma máquina de fotografia sofisticada; a leitura expressa em ambos os casos, exige e deixa evidente o método e a visão de mundo do observador geógrafo ou fotógrafo. (...) Instrumentos são meios de trabalho e não fim”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de abordar os parques urbanos, é preciso entender os ritmos cotidianos que perpassam por todas as instâncias da vida urbana tendo por base o texto “Ritmanálise” de Lefebvre e Régulier (1985).

Neste texto o autor e a autora enfatizam que o ritmo do tempo cotidiano é uma modalidade concreta de tempo social na dimensão da organização socioeconômica de produção, consumo, circulação e habitação. Estes ritmos adquiridos são ao mesmo tempo interiores e sociais, isto é, biológicos e ditados pela produção socioeconômica e é um tempo quantitativo que se introduz na prática cotidiana regulada pelos relógios (tempo mecanicista cartesiano).

Já o tempo é um produto social e todo produto social tem um valor de uso e de troca, sendo assim, até mesmo o tempo, por um lado ele é vivido e por outro lado ele é vendido. Ele é medição e é medida. A medida aqui se apresenta como sendo o tempo quantificado pelos relógios que dita os ritmos da dinâmica socioeconômica de produção.

O autor e a autora relatam ainda que o tempo é uniforme, mas dialeticamente ele se desintegra e se fragmenta. Não há tempo para fazer tudo, o tempo do trabalho é prioritário ocupando uma maior fatia de tempo e as demais práticas cotidianas vão se hierarquizando em escalas de prioridade dentro do tempo a partir do tempo destinado ao trabalho. É preciso ter um fragmento de tempo para tudo que se deseja fazer. Sendo



assim, nos faz refletir sobre qual o fragmento de tempo que os/as usuários/as destinam a irem ao parque e com que frequência este fragmento de tempo se repete?

Outra questão que precisamos elucidar e que faz parte da complexidade dos parques urbanos é a forma como seus/suas usuários/as se apresentam/mostram quanto a vestimenta nos fragmentos de espaços dentro do parque.

Roach-Higgins e Eicher relata que a vestimenta “inclui uma longa lista de possíveis modificações diretas do corpo, tais como cabelo estilizado, pele pintada, orelhas furadas e hálito perfumado, bem como uma lista igualmente longa de peças de vestuário, joias, acessórios e outras categorias de artigos adicionados ao corpo como suplementos” (1992, p. 1, tradução nossa).⁶ Desta forma a vestimenta, para as autoras, é mais do que a aparência na medida em que incluem esses aspectos de modificações corporais e suplementos que podem ser registrados por todos os órgãos do sentido (p. 3).

Estas autoras afirmam que a vestimenta tem uma importância social na medida em que exerce a função de meio não-verbal de comunicação e se relaciona com o estabelecimento da identidade, egos e à atribuição de identidade a outros, isto é, permite explicar a si mesmo e aos outros. Por exemplo, as vestimentas podem dizer muito sobre idade, gênero, classe social, escolaridade, religião etc. As autoras enfatizam ainda que a vestimenta pode ter dois pontos de vista: pode se apresentar como o repertório de modificações corporais e de suplementos que um determinado grupo social se apropria ou como uma exibição particular de modificações corporais e suplementos que um indivíduo específico monta a partir de um repertório disponível para um determinado tempo e lugar.

De acordo com Maia

as vestimentas de casa e para rua denotam modos como constituímos espacialidades no abrigo e do qual partimos com destino ao mundo exterior, ambos plenos de contradições, conflitos e dilemas. A leitura das vestimentas nos permite perceber valores, modos de ser, fetiches, aspirações, normatividades, estéticas etc. (MAIA, 2015, p. 203).

Sendo assim, na pesquisa pretende-se fazer uma análise da geografia da vestimenta. Pretende-se entender o comportamento das pessoas pelas vestimentas que

⁶ No original: includes a long list of possible direct modifications of the body such as coiffed hair, colored skin, pierced ears, and scented breath, as well as an equally long list of garments, jewelry, accessories, and other categories of items added to the body as supplements.



usam para se mostrarem no parque possibilitando assim a leitura das espacialidades geográficas do PMVJ.

Roach-Higgins e Eicher (1992, p. 6) enfatiza que questões morais voltadas para as vestimentas incluem laços de etiqueta relacionados ao que é considerado adequado e impróprio para usar e exibir e que pode haver penalidades severas contra quebrar crenças fortemente arraigadas sobre a cobertura do corpo e o que se acredita ser uma vestimenta modesta pode variar de sociedade para sociedade e entre grupos de uma mesma sociedade, pois identidade; padrões morais e estéticos; e diversos outros fatores variam de sociedade para sociedade.

Levando em consideração estas discussões sobre vestimentas pretendem-se realizar um mapa comportamental demarcando os diversos espaços do parque e as preferências de vestimenta de cada grupo nesses locais e se estas preferências estão relacionadas a espaço-tempo-cultura. Tentar-se-ão perceber as simbologias nas vestimentas que as pessoas usam e se estas (vestimentas) estão carregadas de informações de padrões de moralidade e política.

Feito estas considerações sobre as vestimentas, é hora de refletirmos sobre os espaços públicos, ou seja, vamos analisar a geografia dos parques urbanos.

Nos centros urbanos os ambientes se apresentam em um amontoado de construções e de indivíduos e, devido a isso, os espaços públicos de convivência vêm sendo cada vez mais reduzidos, fazendo os cidadãos procurem locais públicos ao ar livre para desfrutar do lazer ativo, passivo e/ou contemplativo, em especial nesse período pós pandêmico.

Soria e Puing destacam que “os espaços públicos são, para começar, as vitrines ou palco em que a sociedade urbana se expõe e retrata a si própria” (Soria e Puing, 1999, tradução nossa)⁷. Segundo Correia, Silva e Magnabosco (2010) “o espaço público surgiu e foi criado para ser o local da festa, da justiça, do teatro, do trabalho, dos jogos, dos encontros, das conversas, da religião, do carnaval e da música” (tradução nossa).⁸ Ainda segundo estes autores, este mesmo espaço se mostra como um campo aberto para

⁷ No original: Los espacios públicos son, para empezar, los escaparates o el escenario en que la sociedad urbana se exhibe y retrata.

⁸ No original: El espacio público ha surgido y ha sido creado para ser el lugar de la asamblea, de la fiesta, de la justicia, del teatro, del trabajo, del juego, del encuentro, de la conversación, de la religión, del carnaval, de la música.



os setores administrativos governamentais aplicarem políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas e que ampliem a qualidade de vida.

Porém estes espaços públicos estão se mostrando cada vez mais contraditórios, segregados e fragmentados como bem nos coloca Angelo Serpa (2020, p. 177),

Despolitizado e segregado/fragmentado, o que chamamos hoje de espaço público é, em última instância, também objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista, reforçando o processo de fragmentação socioespacial como uma imagem-síntese da dialética entre diversidade e desigualdade.

Até mesmo a natureza preservada dos parques nas cidades se desvela contraditória, pois

(...) também é uma ilusão, na medida em que se torna um fetiche de natureza real. O parque é "vendido" como "Natureza", com jardins aparados, árvores nativas preservadas e outras plantas, animais soltos e pássaros voando. No entanto, nada aqui é selvagem. Não há predadores, não há competição. O parque é uma criação, um arranjo que vai desde demarcar seus limites até determinar quais plantas podem viver nele. E está na definição deste para que nos vejamos refletidos. A natureza se torna nosso reflexo e, portanto, nos sentimos seguros nela. Aquele outro, aquele que não foi tocado, o natural, também é selvagem para que possamos admirar e desfrutar. [...] Nesta natureza, a do parque, é onde as pessoas se sintam felizes, seguras, possam caminhar, fazer novos amigos, contemplam e ainda podem dizer que se encontram no meio da natureza. [...] A parte que não é o todo, a parte que é apenas um símbolo da grandeza e magnitude do que é o mundo natural, nos satisfaz como um pobre representante, pasteurizado na ilusão de que a felicidade está lá no parque, ao virar a esquina. (CORREIA; SILVA; MAGNABOSCO 2010, p. 111, tradução nossa).⁹

Compreender as contradições da atual apropriação e do uso dos espaços públicos urbanos requer, primeiro, entender a relação que o cidadão tem com a cidade e com o exercício da cidadania. Cavalcanti (2008) diz que "o exercício da cidadania pode ser pensado como uma questão de direito à cidade, direito ao domínio coletivo do espaço da cidade."

⁹ No original: La naturaleza conservada en el parque de la ciudad también es una ilusión en la medida en que se torna un fetiche de la naturaleza real. El parque es "vendido" como "naturaleza", con jardines recortados, árboles nativos conservados y otras plantas, animales sueltos y pájaros volando. Sin embargo, nada aquí es salvaje. No hay predadores, no hay competencia. El parque es una creación, una ordenación que va desde fijar sus límites hasta determinar cuáles plantas pueden vivir en él. Y es en la definición de este orden que nos vemos reflejados. La naturaleza pasa a ser nuestro reflejo y así nos sentimos seguros en ella. Aquella otra, la que no ha sido tocada, la natural, es demasiado salvaje para que podamos admirarla y disfrutarla. [...] En esta naturaleza, la del parque, es donde las personas se sienten felices, seguras, pueden caminar, hacer nuevos amigos, contemplar y todavía pueden decir que están en medio a la naturaleza. [...] La parte que no es el todo, la parte que es solamente un símbolo de la grandiosidad y de la magnitud de lo que es el mundo natural, nos satisface como representante pobre, pasteurizado en el engaño de que la felicidad está allí, en el parque, al doblar la esquina.



Nesse sentido Lefebvre (2001) enfatiza que a cidade é um produto histórico das relações humanas e o direito à cidade é o direito que o cidadão tem de usufruir das qualidades e benefícios que esta proporciona sem ser excluído e/ou segregado e de participar de todas as demandas para modelar a si mesmo e a cidade a fim de atender as necessidades sociais que a estrutura urbana requer no processo de construção da cidade.

O artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 diz que "Toda pessoa tem direito a repouso e lazer". A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não só resguarda esse direito ao lazer como também especifica, no artigo 217, § 3º, que "O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social." Sendo assim é de suma importância que haja políticas públicas voltadas para a (re)construção e efetivação de espaços públicos voltados para o lazer contribuindo para tornar as cidades justas, conscientes e humanizadas.

Lefebvre e Régulier (1985) enfatizam ainda que o tempo consumido com o lazer é uma atividade que é no tempo, mas não reflete o tempo, pois parece ser um tempo que se esquece de ser quantificado, não se sente esse tempo passar devido estar praticando atividades que não envolve obrigação, apresenta-se como se fosse algo novo ou presenteado com esse tempo excepcional.

O lazer, Para Dumazedier (1973, p. 32-34), possui três funções, a função de descanso, a função de divertimento, recreação e entretenimento e a função de desenvolvimento. Sendo assim, para ele o lazer é o

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

O espaço livre público escolhido para estudar essas ocupações do indivíduo no espaço livre e sem obrigações profissionais foi o parque urbano, que Sakata e Gonçalves (2019, p. 19) conceituam como sendo "um espaço livre público estruturado para a preservação ambiental ou para o lazer ou, como é sempre mais desejável, para ambas as funções."

Vargas e Róldan (2018) conceituam ainda que "os parques urbanos são geralmente entendidos como áreas delineadas, abertas e acessíveis ao público, cujo uso



é predominantemente recreativo.” (tradução nossa).¹⁰ Segundo estes autores (p. 188) os parques urbanos podem ter um impacto positivo no bem-estar humano por três motivos: 1- por causa da necessidade que os seres humanos têm de se relacionar com a natureza; 2- devido as áreas verdes dos parques urbanos terem efeitos psicológicos benéficos e; 3- visto que os que vivem em ambientes mais verdes tem melhor saúde em geral.

Segundo Ruiz; Parra e López-Carr (2015) os parques urbanos ainda mudam a aparência da cidade, pois enfeitam-na esteticamente diferenciando-se das paisagens construídas e oferecem diversos benefícios ambientais e sociais. Também, devido a presença da vegetação, oferece um solo permeável, facilitando o escoamento da água. Possibilita ainda momentos antiestresse pelas práticas de recreação, lazer e esporte. Enfim “... os parques urbanos têm mais benefícios do que custos.” (RUIZ; PARRA; LÓPEZ-CARR, 2015, p. 248, tradução nossa).¹¹

Em uma cidade como Goiânia onde predomina o clima tropical e com uma população de 1.555.626 de pessoas (IBGE, 2021), as áreas verdes são essenciais para a melhoria da qualidade de vida na medida em que “num contexto de mudanças climáticas, os parques demonstram aumentar a resiliência de cidades vulneráveis, uma vez que ajudam a regular o microclima mitigando os efeitos da ilha de calor¹² (MEDINA, 2018, p. 1, tradução nossa).¹³ Medina diz ainda que os espaços verdes nas cidades são como oásis no “ecossistema desértico das cidades”.

O PMVJ foi criado em um espaço que se encontrava ocioso dentro da área do Autódromo de Goiânia. Dessa forma ele surge como um parque-jardim, ou seja, uma área verde antrópica e isto implica em uma dependência de irrigação constante tanto da vegetação que foi plantada lá, quanto do abastecimento dos espelhos d'água que não são fontes naturais. Enfim é a expressão da contradição ao ter a aparência de uma natureza preservada ilusória, como relatado anteriormente. Resta saber se em sua essência ele cumpre com suas funções de lazer e de espaço público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹⁰ No original: os parques urbanos se entienden de manera general como áreas delineadas, abiertas, de acceso público y cuyo uso es predominantemente recreativo.

¹¹ No original: los parques urbanos tienen más beneficios que costos.

¹² Ilha de calor: termo que se refere ao gradiente térmico observado entre os espaços urbanos densamente ocupados e construídos e a periferia rural ou periurbana (MEDINA et al, 2018).

¹³ No original: En un contexto de cambio climático, los parques han demostrado aumentar la resiliencia de las ciudades vulnerables, ya que ayudan a regular el microclima mitigando los efectos de la isla de calor.



As intenções de pesquisa expostas neste artigo serão implementadas ao longo de 24 meses nos anos de 2021 e 2022, pois a primeira autora acaba de ingressar no programa de pós graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, não possuindo ainda, em efeito, maiores dados para serem apresentados e esperando, portanto, receber contribuições relevantes dos participantes do evento para a condução da proposta aqui apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Marcos Veiga Jardim é pouco conhecido, ou pelo menos, conhecido por poucos, porém de uma qualidade urbana invejável, se considerarmos a existência de diversos outros parques que tem bem menos equipamentos construídos e oferecidos à população e, neste sentido, este parque urbano se tornou basilar para a observação das práticas socioespaciais que produzem tal espaço público. Sendo assim é de suma importancia entender como os/as cidadãos/as, em particular os/as de de Goiânia, tem usufruído desse espaço público destinado ao lazer e também compreender as identidades que podem ser reveladas pelo jeito de se vestirem/mostrarem para o lazer, isto é, a geografia das vestimentas dos/nos diversos espaços do parque.

Desta forma os espaços públicos tem se mostrado o melhor lugar para analisar os ritmos urbanos pelo viés da ciência geográfica. Nesse sentido a proposta de pesquisa se torna relevante e viável, devido a apropriação dos espaços públicos pelos/as cidadãos/ãs ser objeto de grande importância para a vida urbana de forma coletiva, principalmente, em um momento pós-pandêmico, que veio a nos mostrar como a vida conjunta, em espaços públicos e abertos é tão, ou até mais importante, para a manutenção da própria vida de cada um de nós e em especial, pelo hábito de se viver em grupo – cidades.

Compreender as questões sobre uso, consumo e apropriação dos parques em sua totalidade na vida cotidiana urbana da cidade de Goiânia, exigirá pesquisas profundas dos fundamentos teóricos e conceituais sobre o tema proposto, pesquisa documentária minuciosa e, estudo de caso valendo-se de trabalho de campo com seus atributos (observação, diário de campo, entrevistas semiestruturadas, etc.). Dessa forma, contribuirá com as bases de conhecimento da Geografia Urbana Marxista. Auxiliará também os estudos sobre o Parque Marcos Veiga Jardim, pois com base no estudo da



arte realizado em bancos de teses e dissertações, é, até este momento, a única proposição de pesquisa destinada a este parque que se tem conhecimento. Servirá ainda de fonte para outras pesquisas devido ser um tema de grande interesse para os indivíduos que, diretamente e/ou indiretamente, se beneficiam dos parques urbanos e que ainda é pouco explorado deixando lacunas na literatura acadêmica que precisam ser preenchidas com pesquisa empíricas. Estas análises que serão realizadas na área da ciência geográfica sobre apropriação de parques urbanos, em especial ao PMVJ, por estar o mesmo em um contexto urbano diferenciado, poderá servir como aporte científico para profissionais que buscam promover tais equipamentos urbanos, como gestores, arquitetos urbanistas, outros.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**: Seção São Paulo- SP – Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: Xamã Editora, n. 84, 2006, p. 51-67.
- ASSIS, Décio Marmo de. **Goiânia a cidade dos parques**. Goiânia: Zoom Serigrafia, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAVALCANTI, Lana de S. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas-SP: Papirus, 2008.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**; Tradução Magda Lopes. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**; Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
- CORREIA, Beatriz Silva; SILVA, Maclovia Corrêa da; MAGNABOSCO, Milton. Naturaleza y ocupación del espacio urbano: Los parques de la ciudad. **Bitácora Urbano Territorial**, supl. Espacio Público Urbano: Bogota, v. 1, ed. 16, 2010, p.107-120.
- COSTA, Cláudia Lúcia da; SANTOS, José Rossevelt. Abordagem qualitativa na pesquisa sobre ensino de geografia no campo: desafios e perspectivas. **Revista Percursos-NEMO**. Maringá, v. 3, n. 2, 2011. p. 61- 77.
- DAHER, T. O projeto original de Goiânia. In: **Dossiê cidades planejadas na hinterlândia**. Revista UFG, Goiânia, Ano XI, nº 6, 2009. p. 77-90.



- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em:
<http://brasa.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GOIÂNIA (GO). Prefeitura Municipal. Agência Municipal de Meio Ambiente. **Parques e Bosques**, 2021. Disponível em: Acesso em: 12 de jun. de 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>>. Acesso em: 1 set. 2021.
- KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de Campo. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: Xamã Editora, n. 84, 2006, p. 91-104.
- LEFEBVRE, Henri; RÉGULIER, Catherine. Le projet rythmanalytique. In: *Fait partie d'un numéro thématique: L'espace perdu et le temps retrouvé*. **Communications**, n. 41, 1985, p. 191-199.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAIA, Carlos Eduardo Santos. Geografia das vestimentas: dos clássicos às tendências. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). Goiânia, v. 35, n. 2, p. 195-216, maio/ago. 2015.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. ed. 2, São Paulo: Atlas, 1990.
- MEDINA, Tarik et al. Importancia del estudio y análisis de la calidad, cantidad y distribución espacial de los parques del distrito de Santiago de Surco en el contexto del cambio climático. **Espacio y Desarrollo**. n.31, 2018. p. 87-114. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espacioydesarrollo/article/view/20179/20212>. Acesso em: 1 set. 2021.
- ONU, Organização das Nações Unidas. World Urbanization Prospects: The 2018 Revision. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Country-Profiles/>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- ROACH-HIGGNS, Mary; EICHER, Joanne B. Dress and identity. **Clothing and Textiles Research Journal**. v. 10, ed. 4, 1992. p. 1-8. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247783642_Dress_and_Identity. Acesso em: 5 set. de 2021.



RUIZ, Jorge; PARRA, Edgar; LÓPEZ-CARR, Davis. Una visión geográfica de los parques urbanos de la ciudad de Tunja, Boyacá, Colombia, **Perspectiva Geográfica**, vol.20 n.2 Tunja July/Dec. 2015.

SAKATA, F. G.; GONÇALVES, F. M. Um novo conceito para parque urbano no Brasil do século XXI. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], v. 30, n. 43, p. e155785, 2019. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.155785. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/155785>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANSOLO, Davis Gruber. O trabalho de campo e o ensino de geografia. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 1, ed. 7. São Paulo. 2000, p. 135-145.

SERPAS, Angelo. Segregação e fragmentação, diversidade e desigualdade: os grupos sociais invisibilizados pela colonialidade e as novas perspectivas em Geografia Urbana. In: BARROS, Ana Maria Leite de; ZANOTELLI, Cláudio Luiz; ALBANI, Vivian (Orgs.). **Geografia Urbana: 30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 173- 183.

SIEBEN, Airton; CLEPS JUNIOR, João. Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO). In: MARAFON, G.J. et al. (Orgs.). In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 241-256. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon9788575114438.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 207-221. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

SORIA Y PUIG, Arturo. El siguiente paso. Disputació de Barcelona. In: revista **Espai Public Urbá**. Barcelona: Institut d'Edicions. 1999.

SUERTEGARAY, Dirce. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia- Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, v. 4, n. 7, Niterói/RJ, 2002. p. 64- 68. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>. Acesso em: 7 set. 2021.

VARGAS, Andrés; RÓLDAN, Paola. Ni muy cerca ni muy lejos: parques urbanos y bienestar subjetivo en la ciudad de Barranquilla, Colombia. **Lecturas de Economía**, n. 88. Medellín, enero-junio de 2018, p. 183-205.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Pedagogia Médica, SOCERJ**, 2007, p. 383-386.

ZAINAL, Zaidah. **Case study as a research method**. Faculty of Management and Human Resource Development Universiti Teknologi Malaysia: Jurnal Kemanusiaan bil.9, jun. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11784113.pdf>. Acesso em: 7 de set. de 2021.